

ATA Nº 36/2012.-----
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
EXECUTIVO MUNICIPAL REALIZADA
NO DIA TREZE DE DEZEMBRO DE 2012.---

No dia treze do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Concelho de Tomar, sito na Praça da República, nesta cidade, reuniu a Câmara Municipal de Tomar, em reunião pública sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara – Carlos Manuel de Oliveira Carrão, encontrando-se presentes os Exm^{os}. Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino, Pedro Alexandre Ramos Marques, Maria do Rosário Cardoso Simões, Luís José da Silva Ferreira, Graça Maria Marques Costa e José Manuel Farinha Perfeito. -----

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----

- 1. - ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º E 2º GRAU.-----**
- 2. - ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR.-----**
- 3. - ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DOS SMAS.-----**
- 4. - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS DOS SMAS.**
- 5. - PROJETO DE REGULAMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DO SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DOS SMAS. -----**
- 6. - ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO DOS SMAS.-----**
- 7. - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2012 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO.-----**
- 8. - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR PARA O ANO DE 2013 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013. -----**
- 9. - 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2012 DO MUNICÍPIO DE TOMAR.-----**
- 10. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2013 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013. -----**

Sendo nove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, passando a Câmara a deliberar em conformidade com a Ordem do Dia. -----

ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO PESSOAL DIRIGENTE -----

Foi presente a informação nº 39/DRH/2012 da Divisão de Recursos Humanos relativa ao assunto em epígrafe. -----

A Câmara, tudo visto e analisado e tendo em conta o parecer jurídico nº 162/2012 da DAJ, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição de despesas de representação aos dirigentes do município, com cargos de direção intermédia do 1º e 2º grau, durante do ano de 2013, nos termos do nº 2 do art.º 24.º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor, duas abstenções dos Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino e Graça Maria Marques Costa e o voto contra do Senhor Vereador Luis José da Silva Ferreira. -----

O Senhor Vereador Luis José da Silva Ferreira ditou a seguinte declaração de voto: “O PS considera que as despesas de representação são concedidas para efeitos de compensação e reparação de despesas especiais que certas funções impõem, não integrando a remuneração base mensal, tendo a natureza de suplementos remuneratórios. -----

Só desde 1999 é que os dirigentes da administração local recebem, sob proposta da Câmara Municipal e deliberação da Assembleia Municipal essas despesas, hoje estipuladas em 311,21€ por mês, para os nossos 3 Diretores de Departamento e de 194,79€ por mês para os 9 Chefes de Divisão, atualmente em funções no Município de Tomar, numa despesa anual de cerca de 50.000€, que daria por exemplo para adquirir uma ambulância, conforme decidido há já um ano por este executivo. -----

Entre 2004 e Agosto de 2012, a Lei atribuiu, indiscriminadamente, estas despesas a todos os dirigentes da administração pública, sem qualquer autonomia do poder local. -----

Retornada a autonomia para os Municípios decidirem da perção de despesas de representação aos seus dirigentes, no Município de Tomar não é tradição dos seus dirigentes o representarem, pelo que não há qualquer acréscimo de despesa que justifique este suplemento remuneratório. -----

Mais considera o PS, que num momento em que parte significativa dos funcionários do Município recebe, depois de todos os descontos, menos de 500€ mensais, não se justifica manter este suplemento para 12 dirigentes que ganham cerca de 2000€ mensais, especialmente quando não

fazem qualquer representação do Município, não tendo por isso qualquer acréscimo de despesa em resultado disso. -----

Julgamos ainda de referir que é no mínimo eticamente lamentável que a proposta seja apresentada por um dos beneficiados pelo “suplemento remuneratório” e subscrito, através de parecer jurídico, por outro dos beneficiados. Seria mais correto a proposta ser apresentada por um dos responsáveis políticos, assumindo claramente ser esse o seu desejo. -----

Assim sendo o voto do PS, só podia ser contra.” -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA. -----

ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR ----

Foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara relativa à Estrutura Orgânica dos Serviços da Câmara Municipal de Tomar. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou concordar com a proposta de reestruturação administrativa dos Serviços da Câmara Municipal de Tomar, conforme documento anexo, propondo ao Órgão Deliberativo a respetiva aprovação, nos termos das disposições conjugadas do art.º 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro e do nº 3 do art.º 4º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de três votos a favor e quatro abstenções dos Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino, Pedro Alexandre Ramos Marques, Luis José da Silva Ferreira e Graça Maria Marques Costa. -----

O Senhor Vereador Luis José da Silva Ferreira ditou a seguinte declaração de voto: “Considerando que a proposta de **Estrutura Orgânica dos Serviços do Município de Tomar**, não foi baseada em qualquer avaliação prévia de índole estratégica, financeira ou operacional, que levasse à concretização da mesma; -----

Considerando que não teve sequer como base os princípios basilares da gestão pública como a eficácia, eficiência e economia, e sem ter sequer em conta o momento de crise mundial que obriga à racionalização de meios, apenas prevendo a redução do número de dirigentes, por imposição da recente Lei 49/2012, de 29 de Agosto, quando já desde o ano de 2010, aquando da aprovação da última estrutura orgânica do Município, quando se aumentou o número de dirigentes, importando logo aí reduzi-los; -----

Considerando ainda que, mais uma vez, se tratou de um processo unilateral, mal conduzido, sem estudo de impacto económico de médio prazo subjacente, sem objetivar uma aposta clara no desenvolvimento económico ou em sectores de tal potenciadores e cujo resultado final não serve, no nosso entender, o Município e o Concelho. -----

Acresce ainda que a solução encontrada para a orgânica do Departamento de Obras Municipais, em pouco melhora a sua capacidade operacional, promovendo pelo contrário, quanto a nós, a redução da sua eficácia, num sector imprescindível ao cumprimento das missões base do Município de Tomar. -----

Em todo o caso a Lei em vigor, obriga a esta redução, pelo que aguardamos a proposta de reestruturação proposta em concreto. -----

Pelo atrás exposto, **abstenho-me na referida proposta.**” -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA. -----

ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO -----

Foi presente o ofício nº 2452 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento remetendo cópia da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em 04.12.2012, relativa à Estrutura Orgânica dos SMAS. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a estrutura orgânica dos SMAS, nos termos das disposições conjugadas do art.º 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro e do nº 3 do art.º 4º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de três votos a favor e quatro abstenções dos Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino, Pedro Alexandre Ramos Marques, Luis José da Silva Ferreira e Graça Maria Marques Costa. -----

O Senhor Vereador Luis José da Silva Ferreira ditou a seguinte declaração de voto: “Considerando que a proposta de **Estrutura Orgânica dos SMAS de Tomar**, não foi baseada em qualquer avaliação prévia de índole estratégica, financeira ou operacional, que levasse à concretização da mesma; -----

Considerando que não teve sequer como base os princípios basilares da gestão pública como a eficácia, eficiência e economia, e sem ter sequer em conta o momento de crise mundial que obriga

à racionalização de meios, apenas prevendo a redução do número de dirigentes, por imposição da recente Lei 49/2012, de 29 de Agosto; -----

Considerando ainda que, mais uma vez, se tratou de um processo unilateral, mal conduzido, sem estudo de impacto económico de médio prazo subjacente, sem objectivar uma aposta clara no desenvolvimento económico ou em sectores de tal potenciadores e cujo resultado final não serve, no nosso entender, o Município e o Concelho. -----

Acresce ainda que a solução encontrada para esta orgânica, em pouco melhora a sua capacidade operacional, promovendo pelo contrário, quanto a nós, a redução da sua eficácia, num sector imprescindível ao cumprimento das missões base do Município de Tomar, o abastecimento de água e a manutenção das redes de saneamento. -----

Em todo o caso a Lei em vigor, obriga a esta redução, pelo que aguardamos a proposta de reestruturação proposta em concreto. -----

Pelo atrás exposto, **abstenho-me na referida proposta.**” -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA. -----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS -----

Foi presente o ofício nº 2433/2011 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento remetendo cópia da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em 06.11.2012 que aprova uma proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou propor à Assembleia Municipal a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais para os casos previstos na referida proposta, nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 6º da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA. -----

PROJETO DE REGULAMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DO SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS -----

Foi presente a informação nº 178/2012 da Divisão Administrativa e de Apoio aos Órgão Autárquicos dando conta ao Executivo Municipal que, decorrido o prazo de apreciação pública do projeto de Regulamento mencionado em epígrafe, não foi apresentada qualquer reclamação ou sugestão. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter o presente projeto de Regulamento à apreciação do Órgão Deliberativo com vista à sua aprovação, nos termos do art.º 64º nº 6, alínea a) da Lei 169/99 de 18 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o disposto na alínea a) do nº. 2 do art.º 53º, do mesmo diploma legal. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA. -----

ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO DOS SMAS -----

Foi presente o ofício nº 2323/2011 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento remetendo cópia da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em 06.11.2012 que propõe a não atualização do tarifário daqueles Serviço para o ano de 2013. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou manter o tarifário praticado pelos SMAS para o ano de 2013. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA. -----

1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2012 DOS SMAS-

Foi presente o ofício nº 2163/2012, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar, a remeter cópia da deliberação tomada pelo Conselho de Administração, que aprova a 1ª Revisão ao Orçamento de 2012. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, nos termos das disposições conjugadas dos artºs 64º, nº 2, al. c) e 53º nº 2 al. b), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a presente Revisão Orçamental para o ano de 2012, no montante global de € 119.974,98,00 (cento e dezanove mil, novecentos e setenta e quatro Euros e noventa e oito cêntimos) respeitante às verbas a transferir pelo QREN e à aplicação do saldo da gerência anterior. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR PARA O ANO DE 2013 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013 -----

Foram presentes as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água

e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar para o ano financeiro de 2013, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em € 6.606.018,00 (seis milhões, seiscentos e seis mil e dezoito euros), bem como o mapa de pessoal, para o ano de 2013. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar, para o ano financeiro de 2013 e respetivo mapa de pessoal. -----

Mais deliberou a Câmara submeter a documentação acima referida à aprovação do Órgão Deliberativo, nos termos das disposições conjugadas da al. c) do nº 2 do art.º 64º, e al. b) do nº 2 do art.º 53º, ambos, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do nº 3 do art.º 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de três votos a favor, duas abstenções dos Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino e Luis José da Silva Ferreira e dois votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques e Graça Maria Marques Costa. -----

Os Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques e Graça Maria Marques Costa ditaram a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores Independentes *por* Tomar sempre entenderam que as obras levadas a efeito pelos SMAS, com a determinante intervenção das Águas do Centro, para dotar a Cidade e o Concelho com melhores condições na rede de esgotos, com a drenagem e o tratamento de águas residuais, são obras fundamentais e prioritárias, que proporcionam objetiva e diretamente a melhoria da qualidade de vida das populações, como sempre afirmámos. -----

Acontece porém que, tais obras se encontram sem qualquer execução significativa nos últimos anos, o que limita a actuação dos SMAS e constitui efectivo prejuízo para as populações ainda não dotadas de rede de esgotos e para a melhoria do ambiente. -----

Na linha dos anteriores o Plano de Actividades e Orçamento de 2013 continua a assentar em opções com as quais os Vereadores Independentes *por* Tomar sempre discordaram, designadamente o facto de a principal receita ser proveniente dum tarifário (principalmente por efeito das elevadas tarifas de saneamento) ainda superior ao estabelecido em muitas autarquias, o que se traduz num acréscimo de sacrifícios para os consumidores do Concelho de Tomar. -----

Ora, os Vereadores Independentes *por* Tomar entendem que, por razões de equidade e justiça social, se deverá gradualmente caminhar no mesmo sentido da facturação adoptada pela maioria dos municípios, sem nunca pôr em causa o equilíbrio das contas dos SMAS.-----

Os Vereadores Independentes *por* Tomar já chamaram para o conteúdo da factura, que continua a apresentar uma leitura de difícil percepção, o que já devia ter sido corrigido há muito. -----

No que respeita ao Orçamento, os Vereadores Independentes *por* Tomar salientam que o financiamento definido de **554 000,00€** (quinhentos e cinquenta e quatro mil euros) – em 2012, **574.616,00€** em 2011, **1.883.664,00€** e em 2010, **2.291.629,00€**) regista uma nova redução após a significativa redução de 328% em relação ao ano de 2011. -----

Cumprе registrar que a execução de obras sem financiamento definido no montante de **8.347.114,00€** (em 2012, **8.050.072,00€**, em 2011, **7.837.343,00€** e em 2010 - 8.068.633€), dependerá da conjugação de condições financeiras que o permitam através da comparticipação de fundos QREN ou outras. Tal equivale por dizer objectivamente que poucas obras (ou quase nenhuma) irão ser executadas. -----

O certo é que, nas **Receitas de capital** no valor orçamentado de 123.465,00€ se verifica um acentuadíssimo decréscimo em relação às de 2012 (1.648.328,00). Sendo referido que "os Ativos financeiros representam quase a totalidade das Receitas de Capital e correspondem a transferências do QREN resultantes de alterações das taxas de cofinanciamento em obras anteriormente comparticipadas" (sic, pág 32).-----

Os custos com os serviços de água representam cerca de 50% do total das despesas de capital, o que é significativo. -----

No que respeita a **receitas correntes** prevê-se um decréscimo de 437.712,00€ em relação a 2012 devido à tendência para contenção do consumo em geral. -----

Nas **despesas correntes** vem previsto que as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços decresçam 707.599,00€ em relação a 2012. -----

Cumprе anotar que os desafios e as metas que os SMAS se propõem atingir na área do Ambiente sejam precisamente os mesmos já enunciados nos orçamentos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, o que nos permite questionar: quando prevêem atingir efectivamente tais desafios e metas? -----

Aliás, sublinhe-se que, na drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, o nível de cobertura do Concelho se situa perto dos 60%, valor não satisfatório, face ao objectivo de 90% estabelecido no PEAASAR. -----

No abastecimento de água o nível de perdas nas redes de distribuição situa-se próximo de 25%, o que continua acima do valor de referência de 20% e deve merecer a devida atenção.-----

Nos **Serviços de água:** -----

- a remodelação das redes de abastecimento de água do Nordeste os avultados investimentos obrigam a que as obras sejam planeadas e executadas em colaboração com as Juntas de Freguesia e outras pelos próprios meios dos SMAS de acordo com as disponibilidades financeiras, humanas e de equipamento, será dada continuidade às obras mais necessárias de renovação, construção e reconstrução de redes em povoações (não especificadas) das freguesias de Junceira, Olalhas e Serra; -----

-as remodelações das redes do Casal das Sortes, do Casal da Estrada e na freguesia da Sabacheira têm projecto de engenharia realizado e aprovado” “...a execução da empreitada dependerá da existência de condições financeiras que o permitam através da comparticipação de fundos do QREN ou outros” “...é uma obra que tem vindo a ser executada faseadamente, ano a ano acompanhar a realização de outras obras (...) (conforme se previa já nos Relatórios das GOP 2009, 2010, 2011 e 2012-SMAS);-----

-as remodelações das redes nas zonas de Stº André, Poças, Stª Maria, Santa Iria com projecto de engenharia elaborado e aprovado “ Estando já construído parte do projecto efectuado, as zonas em falta serão construídas logo que haja condições financeiras e também de compatibilização com outras obras a levar a efeito nos locais” (conforme se previa já nos Relatórios das GOP 2009, 2010, 2011 e 2012-SMAS);-----

-a remodelação da rede do Casal dos Peixinhos-Juncais aguarda o projecto de engenharia para posterior execução (conforme se previa já nos Relatórios das GOP 2009, 2010, 2011 e 2012-SMAS); -----

- a remodelação da rede na Estrada de Palhavã de Cima tem projecto de engenharia aprovado e vai realizar-se em simultâneo com as obras de revitalização da zona e da estrada (conforme se previa já nos Relatórios das GOP 2009, 2010, 2011 e 2012-SMAS);-----

- a remodelação da rede no C.M.1119 tem projecto de engenharia elaborado e será realizada juntamente com a obra da rede de esgotos domiciliários a construir em Casal dos Tomazes, S. Pedro (*conforme se previa já nos Relatórios das GOP 2009, 2010, 2011 e 2012-SMAS*);-----

-a remodelação da rede de Valdonas/Palaceiros irá ter lugar em simultâneo com a obra das redes de esgotos domiciliários na zona da EM 534 (estrada de Palaceiros), do cruzamento desta em Valdonas com a EM 531 (Estrada da Serra) até ao cruzamento para o Casal do Alecrim, bem como a zona da EM 531 (Estrada da Serra) do cruzamento com a referida Estrada de Palaceiros até ao nó do IC3 em Covas de Valdonas (*como já se previa já nos Relatórios das GOP 2009, 2010, 2011 e 2012- SMAS*), sendo objecto de candidatura a fundos comunitários QREN, que aguarda aprovação, que permitirá a adjudicação da empreitada. -----

- na rede de abastecimento de água na envolvente do Convento de Cristo, no âmbito da obra lançada pela Câmara Municipal, os SMAS assumem a responsabilidade técnica e financeira. -----

Nos **Serviços Saneamento** verifica-se que os subsistemas de Carvalhos de Figueiredo, Curvaceiras, Junceira, Carregueiros, Cem Soldos, Beselga, S- Pedro, Maxial, Marmeleiro, Valdonas, Quinta do Falcão, Marianaia, Paialvo, Além da Ribeira, Casais, Cardais, Sabacheira, Montes, Alqueidão/Olilhas, Alviobeira, Palhavã de Cima, Ponte da Vala, têm já projectos de engenharia elaborados, mas em alguns as obras só avançarão quando houver disponibilidades financeiras, noutros serão executadas em simultâneo com obras nas rodovias da responsabilidade da Câmara Municipal e outros ainda não têm qualquer referência ao início dos trabalhos (*conforme se previa já nos Relatórios das GOP 2009, 2010, 2011 e 2012-SMAS*). -----

Os subsistemas de Alverangel, Castelo do Bode, Vila Nova (Serra), Amoreira (Serra), Portela (Serra), Carvalhal (Serra) ainda não têm projecto de engenharia realizados, nem está previsto o prazo para a sua realização (*como já constava dos Relatórios das GOP 2009, 2010 e 2012-SMAS*). Os Vereadores Independentes *por* Tomar continuam a entender que se poderia ter feito um esforço para executar a maior parte dos subsistemas referidos que têm projecto de engenharia executado (a título de exemplo, Além da Ribeira, Alviobeira, Beselga, Cem Soldos, Marmeleiro, Maxial e Sabacheira), ao invés de só se avançar apenas com o da Pedreira, que ainda está inacabado. -----

Tal permitiria proporcionar às populações uma melhor qualidade de vida e seria um contributo para cumprir as exigências da União Europeia e aproximar o Município das metas definidas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento da Águas Residuais (PEAASAR I

e II) - 90% da população servida com drenagem e tratamento de águas residuais urbanas - ultrapassando os 60% actuais. -----

Cumpra ainda salientar que continuam a existir questões técnicas e financeiras **pendentes** entre o Município e a empresa Águas do Centro, SA, designadamente: -----

- A questão dos consumos mínimos facturados e futuros;-----
- Os problemas da tarifa de saneamento indevidamente facturada, cujo processo corre termos no Tribunal; -----
- Acerto definitivo do assunto “juros de mora”;-----
- Construção das obras em alta, constantes do contrato de concessão celebrado com as AdC (Colectores Juncais, Alto do Piolinho e Carregueiros; Emissário da Pedreira, etc.)-----

Os Vereadores Independentes *por* Tomar entendem que urge resolver definitivamente as referidas questões técnicas e financeiras, as quais são susceptíveis de influenciar o relacionamento presente e futuro entre o Município e as AdC, prejudicam seriamente o serviço aos munícipes e afectam o ambiente.-----

Por último uma especial referência para o facto de, finalmente, a Câmara Municipal se encontrar representada no Conselho de Administração pelo Presidente e dois Vereadores do PSD – como os Vereadores Independentes *por* Tomar sempre exigiram.-----

Face ao exposto e em síntese, com um tarifário ainda elevado, principalmente no saneamento, o qual agrava a difícil situação financeira das famílias e empresas do Concelho, com uma gestão partidarizada, caracterizada pela prática de actos de mera gestão corrente e que não tem em conta a realidade do Concelho e as necessidades dos Munícipes, os Vereadores Independentes *por* Tomar **votam CONTRA** as opções constantes do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar para o ano financeiro de 2013, as quais se convertem numa repetição de anteriores, o que denota a patente inacção e a incapacidade dos actuais membros do Conselho de Administração.” -----

O Senhor Vereador Luis José da Silva Ferreira ditou a seguinte declaração de voto: “O documento apresentado mantém, com as correcções de facturação iniciadas na gestão dos anos de 2010 e 2011, a linha de investimentos e de gestão correntes, únicas que são responsabilidade directa da administração dos SMAS. -----

Já responsabilidade do Município, a gestão estratégica, tem sido por nós, repetidas vezes, na Assembleia Municipal e no executivo camarário, elencadas. -----

Carecem quanto a nós de definição por parte do Município decisões que garantam a sustentabilidade dos SMAS no médio/longo prazo, fazendo evoluir os mesmos para responsabilidades diretas na gestão de transportes urbanos e estacionamento, por um lado e por outro na gestão dos resíduos sólidos, por exemplo. Isso, associado a uma estratégia de renegociação com os fornecedores e recuperação eventual, através de cessão de participação, de parte dos sistemas de abastecimento de águas e drenagem de esgotos, actualmente entregues à empresa Águas do Centro, poderiam melhorar substancialmente o serviço público prestado. -----

Este ano, como em anteriores, as grandes decisões estratégicas que necessitam ser tomadas, para garantir a viabilidade de médio e longo prazo da exploração das águas e saneamento, bem como da necessária reestruturação do sistema de facturação que possa fazer desaparecer a quota de serviço/taxas fixas, para integral cumprimento da Lei que proibiu a cobrança dos “aluguer de contador”, carecem de ser tomadas, HÁ MUITOS ANOS, num amplo debate, pelo executivo Municipal. O PSD furta-se, há 15 anos de o fazer.-----

Só novas decisões estratégicas permitirão dar cabal cumprimento às redes de águas e saneamento, dita em baixa, complementando todos os sub-sistemas em projecto. -----

Carece ainda quanto a nós, também de abordagem e trabalho conjunto, a situação inoportável que se mantém, quer com a EPAL, quer com a Águas do Centro. -----

Tratando-se de documento que genericamente mantém a gestão corrente, sem comprometer qualquer opção de futuro, a qual se mantém em aberto, **abstenho-me.**-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA. -----

1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO EM VIGOR DO MUNICÍPIO DE TOMAR-----

Foi presente a informação nº 267/2012 da Divisão Financeira a remeter para aprovação do Executivo Municipal a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2012, conforme mapas anexos a referida informação. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2012 do Município, propondo ao Órgão Deliberativo a respetiva

aprovação, nos termos das disposições conjugadas dos artºs 53º, nº 2, al. b) e 64º nº 2 al. c) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Esta deliberação foi aprovada por três votos a favor, três votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques, Luis José da Silva Ferreira e Graça Maria Marques Costa e uma abstenção do Senhor Vereador José António Becerra Vitorino, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade. -----

O Senhor Vereador Luis José da Silva Ferreira ditou a seguinte declaração de voto: “Esta Revisão, visando dar cumprimento aos preceitos da Lei, nomeadamente aos princípios e regras definidos no POCAL, integra uma despesa emergente, decorrente do transito em julgado da decisão do tribunal arbitral, em relação ao diferendo que opunha o Município à ParqueT (6.475.000€), a qual já foi recusada pelos órgãos do Município de incorporar, quer da 1ª revisão orçamental de 2011, quer do próprio orçamento para 2012. -----

O PS aquando da recusa da aprovação do orçamento para este ano, chamou à atenção para que existiam desde logo lacunas a assinalar, como a falta de parecer prévio do Conselho Municipal de Juventude, obrigatório por Lei, e o cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal para que este Orçamento tivesse, na proporção prevista na Lei, a participação individual dos cidadãos e da comunidade em Geral, através do Orçamento participativo. -----

Por outro lado, afirmámos então, sabermos que grande fatia do Orçamento estava já comprometido por despesas fixas, como com os recursos humanos e outras despesas de funcionamento, bem como por candidaturas com financiamento comunitário, advindos de mandatos anteriores e o serviço da dívida daí resultante, à qual era preciso dar cumprimento. -----

Ainda assim, na pequena fatia em que foi possível tomar opções, manteve-se a mesma linha de atuação, onde apesar disso, se **manteve, mas não se deu cumprimentos, às transferências e verbas protocoladas com as Juntas de Freguesia**, aos novos projetos como sejam a **Ponte do Prado, a Loja Social e a Loja do Cidadão, ao apoio ao Microcrédito**, propostas pelo PS e integradas em sucessivos orçamentos, desde há alguns anos. -----

Há ainda várias questões que não nos são fáceis de aceitar, como exemplo a não assumpção clara da resolução definitiva da questão do Mercado Municipal, durante dois anos, ou opções sobre as quais tinha e tem o PS dúvidas, como a onerosa aposta de curto e médio prazo sem

objetivos e resultados económicos previsíveis bem definidos, como é por exemplo o caso do projeto (*não museológico*) dos Lagares D'El Rei e Levada, com um impacto orçamental relevante. Faltava e falta ainda a concretização de projetos de dinamização do empreendedorismo, das micro-empresas e do micro-crédito, bem como a concretização das áreas de localização empresarial de Vale dos Ovos, Nó da Asseiceira e do Alto Pintado, que valorizem a fixação de empresas, com a consequente criação de emprego, o principal problema dos Tomarenses e absolutamente crucial para a nossa viabilidade futura. -----

O PS não alterou um milímetro a sua opinião e continua a considerar um erro o acordo unilateralmente decidido fazer com a ParqueT, que contou com o nosso voto contra. -----

Esse continua a ser, como no ano passado, o verdadeiro móbil para esta alteração orçamental e, não teria ficado nada mal, que isso mesmo tivesse sido assumido de forma clara nos documentos apresentados. -----

Lembramos que apesar de ser de novo proposto integrarmos agora esta despesa de 6,5Milhões€, tal não significa que haja qualquer disponibilidade para pagar essa obrigação judicial, sendo que só em juros estamos com uma responsabilidade de quase 800€ diários. -----

Por tudo o atrás exposto, em consonância com as anteriores posições do PS, que não alteramos, voto contra.”-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2013 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013 -----

Foram presentes as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano financeiro de 2013, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em quarenta e oito milhões, cento e sessenta mil Euros (€ 48.160.000,00). -----

Foi ainda presente o projeto do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Tomar, para o ano de 2013.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável às Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar, para o ano financeiro de 2013 e respetivo mapa de pessoal.----

Mais deliberou a Câmara submeter a documentação acima referida à aprovação do Órgão Deliberativo, nos termos das disposições conjugadas da al. c) do nº 2 do art.º 64º, e al. b) do nº 2

do art.º 53º, ambos, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do nº 3 do artº 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.-----

Esta deliberação foi aprovada por três votos a favor, três votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques, Luis José da Silva Ferreira e Graça Maria Marques Costa e uma abstenção do Senhor Vereador José António Becerra Vitorino, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade.-----

O Senhor Vereador Luis José da Silva Ferreira ditou a seguinte declaração de voto: “O PS nos últimos anos, na Câmara Municipal, tomou as seguintes opções de voto para o Orçamento: -----

1. Aprovou o Orçamento para o ano de 2010, na expectativa do início de um novo caminho, naturalmente partilhado e fruto das novas circunstâncias surgidas após as eleições autárquicas de 2009, assumindo objectivamente a sua opção de querer fazer parte da solução e não do problema;
2. No final desse ano de 2010, fruto de um ano de experiência de trabalho conjunto, na impossibilidade de dar sequência a qualquer dos novos projectos inseridos nesse primeiro orçamento deste mandato, o PS já não teve outra solução do que a abstenção, viabilizando assim, a passagem do Orçamento para 2011, descrendo da sua exequibilidade e desejo sério da minoria PSD que nos tem governado, em alterar o rumo dos acontecimentos. -----
3. Razão tinha o PS nessa sua já muito clara dúvida, uma vez que nem um dos projectos e compromissos assumidos, quer em 2010, quer em 2011, foi cumprido ou iniciado. A forma de gestão autista alicerçada em 12 anos seguidos de maioria absoluta, levaram a que para o orçamento deste ano de 2012, o nosso voto tivesse sido contra, com os seguintes argumentos: --
«As condições actuais de governação do concelho, sob responsabilidade de uma força política a exercer funções executivas na situação minoritária que decorreu do último acto eleitoral, resulta do fracasso da prolongada tentativa de junção de esforços, cuja história é conhecida e na qual os autarcas do Partido Socialista se empenharam tendo em vista a missão em favor do concelho e dos seus habitantes.-----

Neste momento, a confiança política nos autarcas do núcleo minoritário que tem o dever de fazer cumprir o orçamento que agora nos apresenta, não reúne, a nosso ver, condições de credibilidade.-----

A confirma-lo está o próprio documento que mantém o mesmo registo que os anteriores, a mesma inscrição de intenções não concretizadas, que agora terão ainda menos condições de concretização. A mesma incerteza financeira, os mesmos obstáculos que não cremos, nas actuais condições, que haja capacidade para remover. -----

Até poderíamos compreender, mas se ninguém com esse dever demonstra o menor esforço para um debate aberto e claro sobre os problemas que a todos nós, ou quase todos, tira o sono, não temos condições para concordar com a presente proposta. -----

Concretizemos: -----

No nosso entender, há condições legais que não estão cumpridas: quer a sujeição a parecer do Conselho Municipal de Juventude, quer realização do orçamento participativo, decidido por unanimidade pela Assembleia Municipal. Por outro lado, a projecção das despesas correntes com base, apenas, em nove meses do ano em curso, contraria os princípios orçamentais, como tal definidos no DL 54/99, de 22 de Fevereiro, nomeadamente o princípio da anualidade - 3.1.1.b), o princípio da não compensação – 3.1.1.h). -----

Uma observação atenta do documento demonstra também que, não só não há redução de despesa corrente, como se verifica um aumento de cerca de 11% (+2.839 489€). Isto com duas particularidades incompreensíveis: por um lado, o aumento da despesa com pessoal em 1,3%, em ano de redução superior a 10% das remunerações dos funcionários públicos, por outro, o aumento de 17,5% da despesa em aquisição de bens e serviços. -----

Um dos princípios legais, o princípio do equilíbrio (DL 54/99, princípio 3.1.1.e)), que está escamoteado neste orçamento é o de que as receitas correntes terão de ser sempre maiores ou iguais às despesas correntes. Isto é conseguido “criativamente”, através de um aumento de 6,4% da receita corrente, sustentado nos “rendimentos de propriedade” e nas “vendas de bens e serviços correntes”, o que em ano de acentuada crise não se prevê que aconteça, a não ser que o documento o explicasse, o que também não acontece. -----

Outros aspectos interessa concretizar: -----

O Orçamento aborda a questão do mercado como se tivesse fechado na semana passada. Durante todo o último ano, já na sequência do fazíamos antes do encerramento, insistimos regularmente na urgência de uma solução que pusesse fim à efémera tenda. O tempo passou e não temos nada, mas nada, de concreto. Não podemos continuar a ser cúmplices desta indiferença. Estamos

disponíveis para encontrar soluções quando alguém achar relevante que haja discussão conclusiva seguida de acção real. -----

Igualmente a ausência de informação a que somos remetidos quanto ao gravíssimo processo “Parque T” adquire contornos de desprezo institucional por parte de quem detém o conhecimento dos factos e sobre eles agiu. Não é sequer merecedor que as condições finais do acordo sejam dadas a conhecer aos mesmos responsáveis a quem hoje se pede o voto favorável ao documento que enquadra o seu cumprimento? Não é necessário demonstrar as condições, analisar os sacrifícios e as consequências? Como sempre o PS referiu, a nossa oposição à condução do dossier “Parque T” é total e frontal, pelo que a sua inclusão sem as condições referidas, viola a boa fé para o encontro de soluções. -----

Quanto ao convento de Sta. Iria, mais um erro com pesadas consequências, verificado o fracasso das soluções preconizadas, nada de novo. Mais uma vez, a nossa insistência tem sido muita, com vista a uma maior abertura de utilizações possíveis para o imóvel, de entre outras sugestões, que visavam a sua recuperação. O plano em análise continua indiferente, na esperança que um poder desconhecido salve o convento da ruína. -----

Estes são alguns dos exemplos da incapacidade demonstrada para prossecução do interesse colectivo e publico na gestão do Município. Esgotada, como referimos, a sua credibilidade, ao fim de 14 anos de gestão, os resultados medem-se por uma maior pobreza, uma menor capacidade de intervenção e apoio às pessoas e entidades do Concelho. -----

Relativamente ao Plano e Orçamento, há opções que consideramos graves. Sabemos que uma grande fatia do Orçamento está comprometida por despesas fixas, pelos recursos humanos e outras despesas de funcionamento, bem como por candidaturas com financiamento comunitário advindas de mandatos anteriores. Está ainda comprometida pelo serviço da dívida daí resultante, à qual é preciso dar cumprimento. -----

Ainda assim, na pequena fatia em que é possível tomar opções, mantém-se a mesma linha de actuação. Apesar disso, num ano de redução expectável de receitas, a minoria que governa Tomar, diz-nos que é possível aumentar as mesmas, sem explicar como. -----

No campo dos investimentos constatámos o seguinte: -----

1. - PRINCIPAIS VERBAS E INVESTIMENTOS QUE SAIRAM DO ORÇAMENTO DE 2012 -

a) EN349-3 entre a Praceta Infante D. Henrique e as Algarvias (2.954.685€) -----

- b) Variante à Serra (2.699.823€) -----
- c) CM1119, entre S.Pedro e Quinta do Falcão (470.000€)-----
- d) EM525, entre Carregueiros e S.Simão (360.000€) -----
- e) EM531, troço entre o Carril e Ponte do Bairrol (752.522€) -----
- f) Acesso imediato na passagem superior na EN110 (151.275€) -----
- g) EM526, entre o Prado e o limite do Concelho (365.985€) – com deliberação aprovada em reunião de Câmara, pelo que a sua não inclusão constitui uma ilegalidade -----
- h) EM535, entre Murteira e o limite do Concelho (360.000€) -----

2. - PRINCIPAIS VERBAS E INVESTIMENTOS QUE FORAM REDUZIDOS NO ORÇAMENTO DE 2012 -----

- a) Transferência para Juntas de Freguesia (redução de 700.000€ para 630.000€)-----
- b) Parcerias com as Juntas de Freguesia (redução de 200.000€ para 150.000€)-----
- c) Subsídios e outros apoios às colectividades (redução de 510.000€ para 500.000€) -----
- d) Equipamento p/Mercado e Feiras (redução 262.000€ para 45.000€) -----
- e) Mercado Municipal (redução de 100.000€ para 30.000€) -----
- f) Divulgação do Património de Tomar (redução de 50.000€ para 20.000€) -----
- g) Conservação e remodelação de instalações desportivas (redução de 300.000€ para 200.000€) -----
- h) Projecto de construção de Praias fluviais (redução de 10.000€ para 5.000€)-----
- i) Remodelação e beneficiação dos sanitários públicos (redução de 50.000€ para 10.000€)----
- j) Reordenamento de trânsito e segurança rodoviária (redução de 476.000€ para 30.000€)----
- k) Projectos de “Acção social e apoios diversos” (redução global de 105.000€ para 90.000€)
- l) Projectos de “Habitação e reabilitação” (redução global de 10.000€ para 2.000€)-----
- m) Projectos de “Habitação, construção e recuperação”, de índole social (redução de 1.718.750€ para 520.000€) -----
- n) Projectos de “Outros apoios no âmbito social” (redução de 10.000€ para 5.000€)-----
- o) ÁREA SOCIAL – redução global de 1.843.750€ para 617.000€ (-66,5%) -----
- p) Subsídios a alunos carenciados (redução de 40.000€ para 30.000€) (-25%)-----
- q) Projectos nos Bombeiros Municipais e Protecção Civil (redução global de 485.000€ para 365.000€) -----

r) Loja do Cidadão (redução de 50.000€ para 10.000€) -----

3. - PRINCIPAIS PROJECTOS QUE SÃO INTRODUTIDOS NO ORÇAMENTO DE 2012:-----

a) Parque de Estacionamento da Praça da República +6.475.000€-----

b) Parque de Estacionamento de Autocarros de Turismo, nos terrenos da messe de oficiais propriedade do exército que só os disponibiliza através de aluguer + 275.468€ -----

c) Festival Estátuas Vivas +175.000€ (desaparece o projecto Tomar Cidade Templária com o valor de 102.564€) -----

d) Museu do Brinquedo + 404.019€-----

e) Edifício para cafetaria na zona desportiva + 146.916€ -----

De notar que nos anos anteriores realizámos um esforço para dar a oportunidade do cumprimento de objectivos inscritos em Orçamento, como a manutenção das transferências e verbas protocoladas com as Juntas de Freguesia, os novos projectos como sejam a Ponte do Prado, a Loja Social e a Loja do Cidadão, a concretização de projectos de dinamização do empreendedorismo, das micro-empresas e do micro-crédito, bem como a concretização das áreas de localização empresarial de Vale dos Ovos, Nó da Asseiceira e do Alto Pintado, que valorizem a fixação de empresas, com a consequente criação de emprego, o principal problema dos Tomarenses e absolutamente crucial para a nossa viabilidade futura. -----

Já em anos anteriores chamámos à atenção de várias questões que não nos foram nunca fáceis de aceitar, como o protelar da solução definitiva para o Mercado Municipal, ou outras opções sobre as quais tem o PS dúvidas, como o caso do investimento dos Lagares d'El Rei, com um impacto orçamental relevante sem projecto museológico, nem objectivos económicos previsíveis bem definidos.-----

Para melhor compreensão da nossa abordagem, explicitamos o quadro resumo, em comparação de 2011 para 2012: -----

	ORÇAMENTADO		
	2011	2012	Variação
Receitas correntes	29,852,948 €	31,751,532 €	6.4%
<i>Impostos directos</i>	<i>4,924,442 €</i>	<i>4,887,109 €</i>	<i>-0.8%</i>
<i>Impostos indirectos</i>	<i>3,024,658 €</i>	<i>2,991,406 €</i>	<i>-1.1%</i>
<i>Taxas, multas e out. penalidades</i>	<i>521,743 €</i>	<i>437,271 €</i>	<i>-16.2%</i>
<i>Rendimentos de propriedade</i>	<i>1,756,000 €</i>	<i>2,807,150 €</i>	<i>59.9%</i>
<i>Transferências correntes</i>	<i>12,077,105 €</i>	<i>11,889,596 €</i>	<i>-1.6%</i>
<i>Vendas de bens e serviços correntes</i>	<i>7,170,000 €</i>	<i>7,896,000 €</i>	<i>10.1%</i>
<i>Outras receitas correntes</i>	<i>379,000 €</i>	<i>843,000 €</i>	<i>122.4%</i>
Despesas correntes	26,113,148 €	28,952,637 €	10.9%
<i>Despesa com pessoal</i>	<i>10,819,200 €</i>	<i>10,957,600 €</i>	<i>1.3%</i>
<i>Aquisição de bens e serviços</i>	<i>12,289,461 €</i>	<i>14,434,350 €</i>	<i>17.5%</i>
<i>Juros e outros encargos</i>	<i>893,767 €</i>	<i>1,487,071 €</i>	<i>66.4%</i>
<i>Transferências correntes</i>	<i>1,942,220 €</i>	<i>1,851,116 €</i>	<i>-4.7%</i>
<i>Subsídios</i>	<i>2,000 €</i>	<i>2,000 €</i>	<i>0.0%</i>
<i>Outras despesas correntes</i>	<i>166,500 €</i>	<i>220,500 €</i>	<i>32.4%</i>
Receitas Capital	36,435,022 €	28,043,076 €	-23.0%
Despesas Capital	40,174,822 €	30,841,971 €	-23.2%

Em conclusão, o PS na assunção plena das suas responsabilidades, convicto que nos dois anos que procurou com empenhamento ajudar a corrigir o rumo há muito encetado pelo PSD na gestão Municipal, não reconhece, neste Orçamento e Plano, uma estratégia que permita ao concelho de Tomar sair da situação para a qual foi conduzido pelos mesmos representantes. -----

Reafirmamos que um orçamento que reduz nas despesas sociais, nos investimentos nas Freguesias e nas parcerias, para pagar por um erro, unilateral, como é o “dossier” “Parque T”, não é um orçamento que sirva os Tomarenses, razão pela qual VOTAMOS CONTRA.»-----

4. Nesta proposta de orçamento para 2013, portanto o quarto orçamento deste mandato, impõe-se a seguinte análise enquadradora: -----

Situação dos pagamentos em atraso: -----

No quadro da evolução dos pagamentos em atraso, a situação do Município, nos últimos meses, registados no SIIAL, vem sendo a seguinte: -----

Agosto/2012 – 5.626.313€ -----

Setembro/2012 – 5.620.217€ (redução de 0,11%)-----

Outubro/2012 – 5.355.707€ (redução de 4,7%)-----

Quanto aos pagamentos em atraso, superiores a um ano (360 dias): -----

Setembro/2012 – 3.152.628,11€ -----

Outubro/2012 – 3.190.123,17€ (aumento de 1,19%)-----

Segundo a Lei dos Compromissos (DL 127/2012), os fundos disponíveis para o mês de Novembro/2012 eram de **6.867.520,34€ negativos**, a consequência desta situação é não se poder criar qualquer novo compromisso, para efeitos de cumprimento da Lei, situação em que o Município se encontra desde a entrada em funcionamento da Lei, a partir de Maio de 2012.-----

Situação global da Proposta de Orçamento para 2013: -----

A. Não há obras novas colocadas no Plano Plurianual de Investimentos, uma vez que não há mais candidaturas a fundos comunitários. Todas as obras a executar, que não estão já no Plano, sê-lo-ão através de administração direta;-----

B. Objetivo central: canalizar as receitas correntes para o pagamento das despesas correntes, minimizadas ao limite e o restante para o pagamento de dívidas de curto prazo (*durante o último ano já se reduziu a dívida de curto prazo em cerca de 2 milhões€*, mesmo sem orçamento aprovado); -----

C. Prevê-se uma redução significativa das receitas do Urbanismo e da Derrama, subida no IMI, IRS, Mercados e outros;-----

D. O orçamento tem um valor global, rondando os 48 Milhões€, no qual está incluído o valor de cerca de 5 milhões € de todo o financiamento aprovado para o Museu da Levada (*do qual*

- só é executável cerca de 4 milhões €, em virtude das descobertas arqueológicas)* e cerca de 6,5 milhões€ de indemnização unilateralmente decidida pelo PSD de pagar à Parquet;-----
- E. O orçamento mantém ainda os mais de 50.000€ para pagamento de despesas de representação a dirigentes; projecto para 8 habitações sociais, 4 das quais para avançar em 2013 e as restantes em 2014; Diversas estradas retiradas, entre as quais a que tem deliberação camarária (*entre o Prado e o limite do Concelho, na Freguesia de Além da Ribeira*), passam para a conservação corrente; -----
- F. Em resultado de pela primeira vez ter sido ouvido o Conselho Municipal de Juventude, após anos de total ilegalidade, é criado um Projeto de “Empreendedorismo jovem”, dotado com 20.000€, mas desaparece outro existente desde 2009 mas nunca executado, de “Apoio ao Microcrédito”, que estava dotado com 60.000€; -----
- G. Em relação ao Mercado Municipal é criado um novo projecto, com 160.000€, tendo já executado em 2012, um valor de 33.557,27€; -----
- H. Em relação ao apoio às Associações e colectividades o valor baixa do orçamentado de 725.000€, para os 500.000€-----
- I. A dívida do Município, a 31 de Outubro de 2012, de curto, médio e longo prazo era de 34.523.097,74€, sendo o prazo médio de pagamento de 266 dias, tendo entrado em total incumprimento desde o início do ano de 2012, com uma das normas constantes do *DL 38/2008*, que estabelece as condições referente ao saneamento e reequilíbrio financeiro. A título de mera exemplificação, o prazo médio de pagamentos em Dez/2010 era de 94 dias e em Dez/2011 era de 170 dias, ainda dentro do limite de 180 dias. -----
- J. O Município está, desde o início do ano de 2012, em condições de solicitar apoio à tutela para reequilíbrio financeiro, uma vez que está em desequilíbrio financeiro conjuntural, porque: -----
1. As dívidas a fornecedores são superiores a 40% das receitas totais do ano anterior, ascendendo essa dívida a 14.079.294,80€, onde o eventual e ilegal empréstimo ao abrigo do PAEL, de 3,6 milhões€, pouco ou nada resolve; -----
 2. Os passivos financeiros, no valor de 71.927.470,52€, excedem o dobro das receitas, que são 33.484.548,48€, não havendo projectos ou intervenções orçamentais que melhorem a receita ou reduzam os passivos financeiros;-----

3. O já referido prazo médio de pagamento é superior a 180 dias. -----

K. Situação global comparativa da proposta de orçamento de 2013, face ao recusado orçamento de 2012 e ao orçamento em vigor (*de 2011*):

<i>Município Tomar</i>	ORÇAMENTADO		Variação (12/11)	ORÇAMENTADO 2013	Variação (13/12)	Variação (13/11)
	2011	2012				
Receitas correntes	29,852,948 €	31,751,532 €	6.4%	26,083,538 €	-17.9%	-12.6%
Impostos directos	4,924,442 €	4,887,109 €	-0.8%	4,978,256 €	1.9%	1.1%
Impostos indirectos	3,024,658 €	2,991,406 €	-1.1%	1,219,383 €	-59.2%	-59.7%
Taxas, multas e out. penalidades	521,743 €	437,271 €	-16.2%	411,069 €	-6.0%	-21.2%
Rendimentos de propriedade	1,756,000 €	2,807,150 €	59.9%	2,573,000 €	-8.3%	46.5%
Transferencias correntes	12,077,105 €	11,889,596 €	-1.6%	10,821,830 €	-9.0%	-10.4%
Vendas de bens e serviços correntes	7,170,000 €	7,896,000 €	10.1%	5,290,000 €	-33.0%	-26.2%
Outras receitas correntes	379,000 €	843,000 €	122.4%	790,000 €	-6.3%	108.4%
Despesas correntes	26,113,148 €	28,952,637 €	10.9%	24,084,621 €	-16.8%	-7.8%
Despesa com pessoal	10,819,200 €	10,957,600 €	1.3%	9,500,000 €	-13.3%	-12.2%
Aquisição de bens e serviços	12,289,461 €	14,434,350 €	17.5%	10,387,521 €	-28.0%	-15.5%
Juros e outros encargos	893,767 €	1,487,071 €	66.4%	1,255,500 €	-15.6%	40.5%
Transferencias correntes	1,942,220 €	1,851,116 €	-4.7%	1,566,300 €	-15.4%	-19.4%
Subsidios	2,000 €	2,000 €	0.0%	200 €	-90.0%	-90.0%
Outras despesas correntes	166,500 €	220,500 €	32.4%	1,375,100 €	523.6%	725.9%
Receitas Capital	36,435,022 €	28,043,076 €	-23.0%	22,076,462 €	-21.3%	-39.4%
Despesas Capital	40,174,822 €	30,841,971 €	-23.2%	24,075,379 €	-21.9%	-40.1%
TOTAL ORÇAMENTADO DO ANO	66,287,970 €	59,794,608 €	-9.8%	48,160,000 €	-19.5%	-27.3%

5. Em conclusão:-----

Relativamente ao Plano de Orçamento do Município para 2013, e como já vem sendo hábito, assinalam-se as lacunas que derivam de um não cumprimento de uma deliberação da Assembleia Municipal, ou seja que os orçamentos tivessem, na proporção prevista na Lei, a participação individual dos cidadãos e da comunidade em geral, através do orçamento participativo. -----

A presente proposta continua grandemente a ser insensível às preocupações que o Partido Socialista e a generalidade da população veem manifestando. -----

O Concelho de Tomar encontra-se a braços com perdas generalizadas em vários domínios: perda de população, de qualidade de vida, de dinamismo social, de dinamismo económico.-----

De nada vale encontrar na crise do país uma explicação, pois em iguais circunstâncias é inevitável verificar que outros concelhos souberam trabalhar de modo a enfrentar situações adversas. Não podemos esquecer que este é o 15º orçamento elaborado pelo PSD. -----

A crise em Tomar é muito anterior a 2009, basta recordar que entre 1997 e 2007, na primeira década de gestão PSD em Tomar, no índice de poder de compra Concelhio, o Concelho de Tomar baixou da posição 59 a nível nacional, para a posição 91, baixando 32 lugares. Fomos aliás ultrapassados, nesse importante indicador pelos concelhos ribatejanos de Torres Novas, Barquinha, Constância, Alpiarça, Almeirim, Cartaxo e Rio Maior. -----

E mais uma vez, continua-se a desviar as atenções dos problemas estruturantes, tais como estratégias para a captação de investimento, criação de fatores de atratividade que são essenciais para o crescimento económico. E sem crescimento económico, dificilmente se tem condições para mais apoio ao associativismo, mais apoio ao desporto, à cultura, à juventude e à terceira idade, mais e melhor apoio social a todas as famílias que atravessam momentos difíceis. -----

Continuamos perante claros exemplos da incapacidade da Câmara, na resolução dos problemas, como por exemplo do mercado municipal. Aquilo que o atual executivo se prepara não é mais do que dar cumprimento a uma deliberação de camara, a qual já tem quase três anos. Foram mais dois anos perdidos, neste rol de 15 anos de gestão errática. -----

E o que dizer de todo o centro histórico da cidade, e incluímos aqui o Convento de Santa Iria, que continua sem um projeto abrangente, sem um projeto consistente que impulse a o empreendedorismo, cative e acarinhe os comerciante, que traga vivência ao coração da cidade de Tomar.-----

Aliás, este é também um claro exemplo do falhanço das visões prometidas com o parque de estacionamento nas traseiras da câmara e sob o Pavilhão municipal.-----

Não se estaciona para se ir a um local onde nada existe!-----

E por falar em estacionamento não podemos deixar de referir o caso PARQ T, problema de única e exclusiva responsabilidade da gestão PSD e que continua a pesar como uma espada na cabeça de todos os tomarenses.-----

O Concelho continua mergulhado em indecisões, adiamentos, casos em tribunal ou a caminho disso, em toda uma gestão sem sentido, sem sentido local e regional. -----

Apesar da Assembleia Municipal de Tomar ter dado carta-branca ao executivo camarário para operacionalizar os protocolos com as juntas de freguesia, verifica-se que tudo está na mesma, que não existe um plano de trabalho com os presidentes de junta e que tudo é resolvido, não em função das necessidades mais prementes de cada freguesia, mas sim casuisticamente e apenas pela vontade de quem decide. -----

Em tudo o que atrás foi analisado e escrito nesta declaração se constata a preocupação do PS, hoje como no passado, em contribuir, através de uma acção firme, persistente e determinada, para a melhoria da vida dos Tomarenses. **O nosso passado conta como garantia para o futuro de todos!** -----

Já tentamos tudo: propusemos, contribuímos com o nosso voto, a nossa compreensão, a nossa oposição, o nosso trabalho diário, a nossa paciência, o nosso voto contra, a favor e a abstenção de propostas de outros, da minoria governante às outras oposições e, de tudo esse percurso, uma conclusão tirámos. A conclusão de que façamos o que façamos, só a vontade do Presidente da Câmara, dentro da Lei ou ao arrepio dela, é que conta em Tomar.-----

Sendo este o ultimo orçamento que se analisa neste mandato, porque o resultado é muito negativo desta gestão PSD no concelho dos últimos anos, estando não só bem visível nos resultados apresentados, bem como nos documentos em análise, como esta é a opinião agora quase unanimidade em Tomar, em todas forças políticas, mas muito em especial nos Tomarenses.-----

O Partido Socialista reafirma que não está disponível para branquear erros políticos, pelo que vota contra!-----

Os Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques e Graça Maria Marques Costa apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

“1. Na introdução ao documento em epígrafe a maioria PSD, que gere a Câmara, afirma que, nas actividades que se propõe a desenvolver durante o ano de 2013, terá sempre presentes os princípios de rigor, seriedade, transparência, competência e contenção. -----

2. Aduz que "*rigor, seriedade, transparência e competência, porque uma boa administração dos dinheiros públicos a isso obriga e porque constituem princípios basilares da nossa atuação enquanto cidadãos imbuídos da responsabilidade que nos foi confiada através de escrutínio*" (sic). -----

3. E constata: "*Princípio da contenção, porque a conjuntura económico-financeira nacional e internacional condiciona, cada vez mais, as Autarquias Locais na sua vontade de fazer mais e melhor tentando dar resposta às justas e legítimas expetativas da população*" (sic). -----
4. Acontece que, ao procedermos a uma aprofundada análise aos valores **orçamentados** para as principais rubricas da **Despesa**, não conseguimos identificar as rubricas em que tais princípios tenham sido efectivamente aplicados, conforme se comprova nos pontos seguintes:-----
- 1.1. Globalmente, as despesas correntes **diminuem** de 26.952.926,22€ realizados em 2011 para 24.084.621,00€ (menos 2.868.305,22€) – 11, 91% . -----
- 1.2. Despesas com o pessoal – **diminuem** 21.442,55€ face às realizadas em 2011.-----
- 1.3. Aquisição de bens e serviços (despesas correntes) - 10.387.521,00€ – o valor **aumenta** 3,78 vezes em relação às realizadas em 2011. O PSD justifica mais este aumento com a “*transportes escolares, encargos de instalações e serviços especializados*” (sic). Continua a errada política de “exportação” de recursos e de meios, com a qual sempre discordámos. A maioria PSD salienta que “o (...) empenho na diminuição deste tipo de despesas, tendo sido tomadas diversas diligências internas” (sic, página 20), mas fica sem se saber que tipo de diligências. -----
- 1.4. O conjunto das Despesas com o Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços representa o custo anual da ‘*máquina municipal*’, o qual tem tido um acentuado crescimento nos últimos anos e na previsão para 2013 (19.887.521,00) verifica-se mais um aumento de 7.591.545,00€ face ao realizado em 2011 (12.275.976,00€) -----
- 1.5. A amortização de empréstimos contraídos – Despesas de Capital - no montante de 2.639.000,00€ (dois milhões seiscientos e trinta e nove mil euros) representa um **aumento** de 21.281,70€ face ao realizado 2011.-----
- 1.6. O total da Despesa (Corrente + Capital), num montante de 48,00 milhões de euros, representa um **decrécimo** de 6.877.431,49€ face ao realizado em 2011 (54,877 milhões de euros). -----
3. Quanto à **Receita**, e na linha dos anos anteriores, continuamos perante um verdadeiro “*milagre da multiplicação dos pães*”. Ora, não se vislumbrando, além do QREN, outras fontes de financiamento, tanto mais que o Polis já se esgotou, como é possível apresentar um Orçamento que se situa 14,50 milhões de euros acima do executado em 2011?! -----

- 3.1 As Receitas Totais, orçamentadas em 48,00 milhões de euros, **aumentam** 14,51 milhões de euros face às cobradas em 2011 (33,494 milhões de euros). -----
- 3.2. As principais variações verificam-se nas seguintes rubricas: -----
- a. Impostos Indirectos/Loteamentos e Obras - apresenta uma estimativa para 2013 de 1.219.383,00€, **superior** a quase duas vezes e meia o valor arrecadado em 2011 (505,103 mil euros);-----
 - b. Transferências Correntes – orçamentadas em 10,821 milhões de euros, **crecem** 1,40 milhões em relação ao realizado em 2011 (9,424 milhões de euros); -----
 - c. Transferências de Capital - orçamentadas em 10,810 milhões de euros, **decrecem** 1,574 milhões de euros face ao realizado em 2011 (12,385 milhões de euros); -----
 - d. Venda de bens de investimento (terrenos, habitações, edifícios, etc.) – o valor orçamentado de 6,933 milhões de euros representa um **crescimento** 6,657 milhões de euros face ao executado em 2011 (275.740,45€). Nesta rubrica voltam a ser consideradas as alienações do Convento de Santa Iria/ex-Colégio Feminino, (num valor exageradíssimo de 4.900.000,00€) de terrenos (950.000,00€) e de habitações. Pelo que, não são realistas os valores previstos para tais eventuais alienações, com as consequências que daí advirão. -----
 - e. Rendas (Rendimentos de propriedades) – orçadas em 2.573 milhões € - **aumentam** em relação à receita cobrada em 2011 mais de uma vez e meia (1.55 milhões de euros); -----
 - f. Vendas de bens e serviços – orçamentadas em 5,290 milhões de euros **crecem** mais de duas vezes face ao realizado em 2011 (2.393 mil €); -----
- 3.3 Caso o grau de execução orçamental de 2012 seja consistente com os anos anteriores (50,82% em 2011, 46,74% em 2010, 63,9% em 2009, 56,3% em 2008, 59,3% em 2007, 48,9% em 2006, 45% em 2005 e 50,9% em 2004) e dado que no Documento em análise nada é apresentado em sentido contrário, é de esperar um comportamento desastroso para as restantes rubricas da Receita.-----
- 3.4 A dado passo do Relatório refere-se que: “*Na análise da despesa por funções destaca-se a nossa preocupação, numa conjuntura de grandes dificuldades, em afetar uma tão grande percentagem das Grandes Opções do Plano às funções sociais. Efectivamente atribuímos a estas 51% do total do financiamento definido*” (sic pág. 12). Sublinharíamos positivamente tais intenções se elas correspondessem à realidade, pois – como adiante referimos – quase

todo este montante se destina a pagar investimento já realizado (Complexo da Levada, envolvente do Convento e equipamento e instalações escolares), e não no âmbito efectivamente social. -----

No Documento não é disponibilizada informação sobre a execução em 2012. Tal omissão, além de incorrecta do ponto de vista técnico, reforça a probabilidade de estarmos mais uma vez perante um exercício orçamental fantasioso, preparado sem método nem rigor, principalmente, no que respeita às Receitas. -----

No entanto e como é óbvio, se as Receitas fossem calculadas com o mínimo de rigor, seria significativa a sua repercussão nas Despesas, nomeadamente nas de Capital, o que implicaria um corte significativo, em mais de metade, no investimento. -----

4. CONCLUSÃO: -----

4.1. Além da do decréscimo das Despesas Correntes, continuamos perante mais um exercício de sobre orçamentação da Receita, embora mais modesto. -----

4.2. Confirma-se, também, que, grande parte do “*financiamento definido*” tem o mesmo significado que receitas inventadas, para além do que, o “*financiamento a definir*” e tendo por base os anos anteriores terá o significado de receitas virtuais. -----

4.3. A Prestação de Contas do ano de 2011 confirmou um crescente sufoco da tesouraria do Município em resultado, quer da realização de investimentos cujo financiamento, apesar de “*definido*”, não se traduz na efectiva arrecadação de receitas e quer ainda do aumento galopante das despesas correntes. -----

Quanto ao Documento/Relatório apenas merece o seguinte comentário: pouco mudou no estilo e em nada mudou no conteúdo. Continua a ser um documento pobre, sem apresentar a devida fundamentação, nem sequer os devidos pressupostos das estimativas. -----

Quanto ao Orçamento propriamente dito, estamos perante uma estimativa inflacionada, na sequência, aliás, do que vem sendo hábito nos últimos anos em que a execução orçamental, com excepção dos anos de 2003 em que chegou aos 60,2%, (valor executado na receita de 31 milhões de euros para um valor orçamentado de 51,6 milhões) e 2009 em que atingiu os 63,9%, se situou sempre abaixo deste valor. -----

Os dados mais recentes, nomeadamente em 2011, em que a execução orçamental foi de 50,51% (receitas de 33,484 milhões de euros para um orçamento de 66,287 milhões de euros), apontam

para uma realidade bem diferente daquela que, de forma virtual, o PSD nos vem propor no presente Orçamento, em que aponta para uma receita de 48,00 milhões de euros, ou seja, mais de um vez e meia (143,3%) superior à arrecadada em 2011 (33,484 milhões de euros). -----

Podemos assim concluir, de novo, que mais de 100% da receita orçamentada pelo PSD é virtual e se destina a, também uma vez mais, prometer muito e fazer pouco!-----

Estamos, sem justificação, perante um Orçamento irrealista, o qual, em nosso entender, a concretizar-se a realização de despesas sem a correspondente receita efectiva, só contribuirá para agravar a já in comportável situação financeira do Município. -----

Para 2013 os encargos financeiros ultrapassam os três milhões e oitocentos mil euros, ou seja, 2,639 milhões de euros de amortização de empréstimos, 1.255 mil euros de juros desses empréstimos e o restante para a locação financeira e outros juros e encargos financeiros. Deverá ter-se ainda em conta que um recente empréstimo de cerca de 1,996 milhões de euros, porque goza de um período de carência, ainda não terá qualquer encargo de amortização no próximo ano de 2013.-----

Quando o PSD refere que ainda não esgotou a capacidade de endividamento, por certo, se referirá à capacidade legal, uma vez que a capacidade real se encontra há muito esgotada! -----

Os Vereadores Independentes *por* Tomar entendem que, com esta política, o Município ----- vai continuar a endividar-se cada vez mais e também as despesas de funcionamento crescem a um ritmo assustador: Tomar será cada vez mais pobre e mais dependente. -----

Tendo por base a análise aprofundada e devidamente fundamentada do Plano e Orçamento ----- de 2013 os Vereadores Independentes *por* Tomar podem continuar a afirmar que não é por este caminho e com estas opções que Tomar tem futuro! -----

Tal como nos anos anteriores, não se vislumbram neste documento medidas e políticas estruturantes que visem objectiva e directamente **incentivar a actividade económica**. -----

Continuam a inexistir medidas de **captação de investimento** e de atracção e **fixação de população**.-----

Mantém-se também a inexistência de políticas e de medidas adequadas e eficazes na área do **Turismo**, que, é um sector fundamental para o desenvolvimento económico do Concelho e, por ausência de estratégia, continua votado ao esquecimento. -----

Na **acção social**, com excepção de algumas medidas tomadas na área da Educação, não se constata a existência de uma política consistente que vise uma efectiva protecção dos mais carenciados, afectados pelo agravamento da crise económica e social. -----

Na **área cultural e desportiva** continua a denotar-se uma gestão inconsequente, que muitas vezes prima pela total falta de visão estratégica, com a quase total ausência da necessária e devida coordenação política. -----

Também não se vislumbra uma estratégia que **consolide Tomar no contexto regional**, em resultado de alguns erros cometidos ao nível das opções de investimento, sendo ainda confrangedor o subaproveitamento do riquíssimo património histórico e cultural. -----

No **sector das águas e saneamento** reconhecemos a obra que foi feita, mas, porque defeituosamente planeada, se encontra interrompida e entendemos que se devem retomar os investimentos no abastecimento de água e saneamento básico (possíveis por acção concertada com as Águas do Centro), os quais consideramos como prioritários. -----

Mantém-se em “banho-maria” a solução para o futuro do **Mercado Municipal**, o qual, para os Vereadores Independentes *por* Tomar, passa por considerar prioritário o investimento neste espaço, pelo que urge **elaborar o seu Plano Funcional**, permitindo **a concretização de um projecto**, isto sem nunca descurar os elementos identificativos do existente, abandonando de vez a construção do chamado “*fórum*”. -----

Na **área dos resíduos e limpeza urbana** verifica-se a insuficiência de campanhas de sensibilização da população para a gestão dos resíduos, uma baixa frequência dos serviços de recolha selectiva e é notória a insuficiência de pessoal face às necessidades. Tomar, que já foi conhecida como “cidade-jardim”, não só deixou de o ser, como passou a ser uma Cidade cinzenta, incaracterística e muito suja, o que muito nos penaliza e entristece. -----

O PSD continua a relegar, para plano secundário, investimentos e acções que sempre considerámos prioritários, designadamente: -----

- uma adequada **recuperação urbana e revitalização do Centro Histórico**, vítima do esvaziamento populacional, do encerramento de estabelecimentos comerciais e da degradação do parque habitacional, a que acresce a sua descaracterização, com a miscelânea de novos pavimentos e a introdução de passeios, dando-se a primazia à circulação de viaturas em detrimento da vivência pedonal; -----

- o projecto de requalificação da **Várzea Grande**; -----
- a elaboração do Plano de Urbanização da Cidade e do Plano de Pormenor do Bairro 1º de Maio;
- a resolução do diferendo com o proprietário da Quinta das Avessadas, tendo em vista a cedência dos terrenos para a **Zona Desportiva**, bem como a **revisão do Plano de Pormenor das Avessadas**; -----
- a intervenção (limpeza e despoluição) no **Rio Nabão** e suas margens (no troço urbano entre o Açude de Pedra e o Padrão), a cargo do Município. Nos restantes troços (Agroal - Açude de Pedra e Padrão - Foz do Rio), devem estabelecer-se acordos com o Poder central (INAG) liderando uma efectiva intervenção a encargo deste; -----
- a necessidade de dar sequência ao adequado reforço da **iluminação pública no Concelho**, a cargo da EDP, que deve dotar o sistema de iluminação pública com lâmpadas de baixo consumo e com temporizadores para evitar desperdícios de energia eléctrica; -----
- o aprofundamento na concretização de um **Plano de Contenção de Gastos e Poupança de Energia**, com a tomada de medidas de poupança de energia e de recursos em todos os Serviços Municipais e nos Serviços Municipalizados e a aposta nas energias renováveis nas instalações, equipamentos e serviços municipais (cumprindo assim uma deliberação da Assembleia Municipal); -----
- um apoio efectivo e devidamente protocolado com as **Juntas de Freguesia**; -----
- a concreta definição de **novas travessias do Rio Nabão**, com prioridade para a Ponte das Ferrarias no Padrão e o desenvolvimento de estudos e projectos para as de Carvalhos de Figueiredo e Estrada do Prado. -----
- a resolução do problema viário decorrente da actual **Ponte do Carril**, que deverá ser encarado como umas das prioridades em termos de obra a candidatar ao QREN (acessos ao IC3); -----
- a definição de competências e de responsabilidades pela **Mata dos 7 Montes**, exigindo do Poder Central a assunção de responsabilidades desta infra estrutura, tendo em vista a sua requalificação, salvaguarda e o aproveitamento integral das suas potencialidades em benefício do Concelho e do País; -----
- a efectiva instalação do **Museu do Brinquedo**, cujo impasse a que chegou é incompreensível e deveria envergonhar os responsáveis políticos por tal situação; -----

- a execução dos estudos e o desenvolvimento das necessárias diligências para a instalação de um **Crematório** num dos cemitérios existentes em Tomar, decidindo-se a sua localização e mandando-se efectuar o respectivo projecto; -----
 - a dinamização concreta e efectiva da candidatura da **Festa dos Tabuleiros** a património imaterial da humanidade, com a constituição de uma comissão para o efeito, na sequência de deliberações unânimes da Assembleia Municipal; -----
 - se dê início ao processo de construção de um novo cemitério na freguesia de S. João Baptista, tendo por base os antecedentes que versaram sobre este assunto, nomeadamente anteriores análises e eventuais anteprojectos e estudos já elaborados, definindo-se a sua localização e consagrando-a no âmbito da revisão do Plano Director Municipal; -----
 - se dê início, urgentemente, ao processo de **ampliação do cemitério de Marmelais**, definindo-se a respectiva área de ampliação e consagrando-a no âmbito da revisão do Plano Director Municipal em curso;-----
 - a resolução dos **problemas estruturais da Capela do Cemitério Velho** e a execução das obras necessárias à sua recuperação, dotando-a de instalações sanitárias condignas e assegurar a sua futura manutenção e a **limpeza e manutenção da Capela do Cemitério de Marmelais**; -----
 - para além do projecto de musealização do **Complexo da Levada**, que se encontra paralisado, há que assegurar o seu efectivo funcionamento numa lógica de sustentabilidade financeira deste investimento. -----
 - recuperar o **Palácio de Alvim** visando a sua utilização, a fim de também pôr termo a situações de instalações municipais provisórias, com os inerentes encargos;-----
 - o **reforço dos meios operacionais dos Bombeiros**, essencialmente para o transporte de doentes, com a aquisição de ambulâncias; -----
- O atrás exposto, tal como na década anterior, revela-nos que continua a existir uma total ausência de estratégia que possibilite e impulsione o desenvolvimento socioeconómico do Concelho. -----
- Continua sem nada se saber sobre a conclusão do Processo da **TomarPolis**, do qual o Executivo, apesar de representado pelo seu Presidente e Vice-Presidente, nunca foi chamado a tomar posição sobre as decisões que a gestão da TomarPolis foi assumindo com implicações na cidade e, por certo, no erário municipal. -----

O arranjo exterior das margens do Rio Nabão, na **zona do Flecheiro e do Mercado**, em complemento da 3ª fase do P.P. do Flecheiro e Mercado, cujos fundos estruturais (cerca de 2 milhões de euros) do QREN se perderam, pelo impasse a que chegou o realojamento das famílias de etnia cigana, problema fulcral para concretizar este processo e que nunca mereceu (e continua a não merecer) da maioria do Executivo o tratamento adequado. Não se pode esquecer que a impossibilidade de executar o projecto acarretou custos elevadíssimos ao erário municipal e vai manter esta zona como uma verdadeira nódoa urbana, não se sabendo até quando!-----

Quanto ao processo da **ParqT** é nosso entendimento que todo ele já devia ter sido devidamente esclarecido, a partir da decisão do PSD/PS quanto à sua concessão e todas as suas inúmeras vicissitudes, algumas com contornos de duvidosa transparência e que deviam ser objecto de devida apreciação e investigação pelas entidades competentes, designadamente Procuradoria-Geral da República.-----

Os Orçamentos a partir de 2006 têm visado, principalmente, fazer face aos encargos financeiros assumidos no passado, com a realização de algumas obras inoportunas, não prioritárias, em tempo de campanha eleitoral, que resultaram num esbanjamento de recursos financeiros, os quais comprometeram o futuro.-----

Num esforço hercúleo de manipulação dos cidadãos, o PSD tenta vender um Orçamento que diz ser “*virado para a Comunidade*”.-----

Esquece-se, contudo, de referir de que ângulo! Mas nós esclarecemos – é virado para a Comunidade sim, mas virado de costas.-----

Quando vemos o desplane de colocar mais de doze milhões de euros naquilo que chamam “funções sociais”, e vamos “descascar” as obras envolvidas, percebemos que, de âmbito efectivamente social, encontramos muito pouco ou nada. Na verdade os doze milhões são quase todos canalizados para pagamentos dos investimentos nas escolas (equipamento e mobiliário), para o museu da Levada e para a envolvente ao Convento.-----

Por muito importantes que sejam estes investimentos, para nós as necessidades sociais do concelho são de outro âmbito e todo o esforço deve ser canalizado directamente para as pessoas e para as famílias. -----

Para os Independentes *por* Tomar, um “concelho virado para a Comunidade” é um concelho virado para as pessoas e, estamos certos, de que ninguém tem dúvidas da dureza do ano que se aproxima para as famílias tomarenses. -----

No entanto o que este orçamento nos demonstra é uma efectiva diminuição do apoio às famílias carenciadas e a não existência de qualquer almofada que permita responder de forma expedita aos novos casos de pobreza que diariamente são identificados no nosso concelho. -----

Perante isto, qual a avaliação que, em consciência, podemos fazer deste orçamento? -----

Por respeito aos compromissos que assumimos com a população, porque as nossas políticas se centrariam noutras prioridades, nomeadamente desenvolvimento económico e no âmbito efectivamente social, como atrás referimos, que não são as do PSD e, face a um Plano e Orçamento que, para além de não apontar estratégias, nem medidas para fazer face às crescentes dificuldades socioeconómicas das famílias e das empresas, os Vereadores Independentes por Tomar só podem em consciência votar **CONTRA**. “ -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA. -----

Terminados os trabalhos, sendo treze horas, o Senhor Presidente da Câmara, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião. -----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Chefe de
Divisão da Divisão Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para o
efeito por deliberação do Executivo Municipal de 10 de Fevereiro de 2011, mandei escrever e
subscrevo.** -----